

RESULTADOS

Pesquisa
AMB 2015



A AMB
quer ouvir
você



AMB
Associação dos
Magistrados
Brasileiros

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
RESULTADOS	
1) Presentemente, o (a) Sr. (a) se encontra: 1. Em atividade = 2.653 (74,3%)	7
2. Aposentado = 919 (25,7%).....	7
2) Por favor, indique o ramo e instância em que atualmente o(a) Sr.(a) atua. No caso de aposentado, o ramo e instância em que se aposentou:	7
3) Idade: (média)	7
4) Sexo:	8
5) Cor:	8
6) Por favor, assinale no quadro abaixo o grau de instrução de seus pais:	8
7) Qual é a faixa de renda de seus pais? No caso de pais falecidos, qual era:	9
8) Número de irmãos:.....	9
9) Estado civil:	10
10) Grau de instrução do cônjuge/companheiro:.....	10
11) Número de filhos (as): média geral: 2,1	11
12) A Faculdade de Direito na qual o (a) Sr. (a) se formou era pública ou privada?	11
13) O (a) Sr. (a) frequenta ou frequentou algum outro curso superior:	11
14) O (a) Sr. (a) está matriculado em curso de Pós-Graduação?	11
15) O (a) Sr. (a) possui título de:	11
16) O (a) Sr. (a) exerceu alguma atividade profissional antes de ingressar na magistratura?.....	12
17) Quanto tempo levou para se preparar para ingressar na magistratura?	12
18) Quantas vezes prestou concurso para ingressar na magistratura?	12
19) O (a) Sr. (a) tem ou teve parentes exercendo atividades de nível universitário em carreiras jurídicas?	13
20) O (a) Sr. (a) leciona?	14
21) Com que frequência o (a) Sr. (a) se utiliza dos seguintes meios de informação:.....	14
22) Qual a frequência dedicada para as seguintes atividades:.....	15
23) Como o (a) Sr. (a) avalia o Judiciário brasileiro como um todo em relação à:.....	15
24) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Estadual em relação à:	16
25) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça do Trabalho em relação à:.....	16
26) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Federal em relação à:	17
27) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Eleitoral em relação à:	17
28) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a Justiça Militar em relação à:	18
29) Como o (a) Sr. (a) avalia o TST em relação à:.....	21
30) Como o (a) Sr. (a) avalia o STJ em relação à:	21
31) Como o (a) Sr. (a) avalia o STF em relação à:.....	22
32) Como o (a) Sr. (a) avalia o CNJ em relação à:	22
33) Como o (a) Sr. (a) se posiciona frente à discussão sobre a necessidade de previsibilidade das decisões judiciais (segurança jurídica)?	24

34) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau , no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão econômica ?	24
35) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau , no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão social ?	25
36) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau , no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão midiática ?	26
37) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do ramo da justiça em que está vinculado, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:	26
38) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do STF nas seguintes áreas, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:	27
39) Qual o seu grau de concordância em relação às seguintes alternativas referentes à composição do STF. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso discorde totalmente e 10 caso concorde totalmente.....	28
40) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:.....	31
41) Em relação à eleição para preenchimento dos cargos de direção dos tribunais, qual seu grau de concordância às seguintes propostas:	34
42) Qual o seu grau de concordância em relação aos seguintes temas?	35
43) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do CNJ nos seguintes aspectos, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:	36
44) O (a) Sr. (a) considera que a maioria das decisões do CNJ leva em conta a repercussão econômica, social e midiática?	38
45) O CNJ, para combater o congestionamento e a sobrecarga de trabalho no 1º grau, instituiu a “Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição”. Dentre as várias linhas de atuação que deverão nortear esta política de atuação, quais já foram implementadas no âmbito do seu tribunal?	38
46) Quanto às futuras indicações de integrantes do CNJ, o(a) Sr (a) considera que a AMB deveria procurar influenciar na indicação dos magistrados que compõem a instituição?	39
47) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:.....	39
48) O (a) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pelas Escolas da Magistratura?.....	40
49) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação das Escolas da Magistratura no que se refere aos cursos, fóruns e seminários oferecidos?	40
50) Na sua opinião, que tipo de atividade das Escolas da Magistratura poderiam atrair os juizes?	40
51) Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades da Escola Nacional da Magistratura (ENM – vinculada à AMB)?	41
52) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:.....	42
53) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:.....	45
54) Como o(a) Sr (a) avalia as atividades de comunicação da AMB?.....	46
55) O(A) Sr (a) considera que a AMB deve buscar patrocínios e celebrar convênios com entidades privadas para benefício de seus associados?	46
56) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação da AMB nas seguintes áreas. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso seja muito ruim e 10 caso seja excelente.	47
57) Indique o grau de prioridade na atuação da AMB em relação às seguintes áreas:.....	47
58) Avalie as seguintes instituições, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:	48
59) Por fim, como o (a) Sr. (a) se sente em relação ao exercício de sua atividade:	49
COMISSÃO RESPONSÁVEL	50

APRESENTAÇÃO

Prezado (a) colega,

Depois de quase 10 anos, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) realizou neste ano a pesquisa "A AMB quer ouvir você", por meio de um questionário, com várias questões, distribuído aos seus associados para que fossem revelados quem são e o que pensam os juízes brasileiros.

Foram obtidas 3.663 respostas de magistrados filiados à entidade – o que corresponde a aproximadamente 30% dos associados à AMB – que se manifestaram espontaneamente a respeito de diversos temas considerados relevantes para o Judiciário e à sociedade, como a composição do Supremo Tribunal Federal (STF), a independência dos tribunais e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a atuação, estrutura e funcionamento dos ramos da Justiça, a eleição direta para os cargos diretivos nos tribunais, a valorização da magistratura, a reforma política, a maioria penal, entre outros.

Com esta pesquisa, concluída no segundo semestre deste ano, sob a coordenação da cientista política e professora Maria Tereza Sadek, da Universidade de São Paulo (USP), e com o auxílio do estatístico Fernão Dias de Lima, a AMB espera contribuir para o aprimoramento do Poder Judiciário e o fortalecimento da magistratura brasileira, mediante a participação da entidade nos grandes debates nacionais e nas questões relacionadas à defesa do Estado Democrático de Direito.

Os resultados apresentados na presente publicação apontam a opinião da magistratura sobre diversos temas, muitos deles complexos, polêmicos e que dividem a classe política e a própria sociedade brasileira. Embora nem sempre representem o posicionamento institucional da entidade, a AMB respeita a pluralidade, e reafirma o compromisso de não se furtar a debater e se posicionar sobre as questões que entende relevantes para o aperfeiçoamento da democracia e do Poder Judiciário.

Boa leitura!

João Ricardo dos Santos Costa
Presidente da AMB

Sérgio Luiz Junkes
Vice-presidente Institucional da AMB e coordenador do projeto



Presidente

João Ricardo dos Santos Costa

Secretário-Geral

Marcos Sérgio Galliano Daros

Secretário-Geral Adjunto

Alexandre Aronne de Abreu

Diretor-Tesoureiro

Emanuel Bonfim C. Amaral Filho

Diretor-Tesoureiro Adjunto

Mauro Caum Gonçalves

Vice-Presidentes

Adriano Gustavo Veiga Seduvin - Assuntos Ambientais

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra - Comunicação Social

Hadja Rayanne Holanda de Alencar - Prerrogativas

Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira - Cultural

Maria Madalena Telesca - Assuntos Legislativos Trabalhistas

Nartir Dantas Weber - Interiorização

Nelson Missias de Moraes - Legislativo

Paulo Mello Feijó - Efetividade da Jurisdição

Ricardo de Araújo Barreto - Direitos Humanos

Sérgio Luiz Junkes - Institucional

Wilson da Silva Dias - Administrativo

Conselho Fiscal

Helvécio de Brito Maia Neto

Luiz Gonzaga Mendes Marques

Hermínia Maria Silveira Azoury

Coordenadoria da Justiça Estadual

Gervásio Protásio dos Santos Júnior

Coordenadoria da Justiça Federal

Rogério Favreto

Coordenadoria da Justiça do Trabalho

Antônio Oldemar Coêlho dos Santos

Coordenadora-adjunta da Justiça do Trabalho

Patrícia Almeida Ramos

Coordenadoria da Justiça Militar

Edmundo Franca de Oliveira

Coordenadoria dos Aposentados

Nelma Torres Padilha

Coordenador-adjunto dos Aposentados

Írio Grolli

RESULTADOS

- 1) Presentemente, o (a) Sr. (a) se encontra: 1. Em atividade = 2.653 (74,3%)
2. Aposentado = 919 (25,7%)

2) Por favor, indique o ramo e instância em que atualmente o (a) Sr. (a) atua. No caso de aposentado, o ramo e instância em que se aposentou:

Ramo/Instância	N*	%
1) Primeiro Grau Justiça Comum	2401	66,5
2) Segundo Grau Justiça Comum	600	16,6
3) Primeiro Grau Justiça do Trabalho	236	6,5
4) Segundo Grau Justiça do Trabalho	103	2,9
5) Primeiro Grau Justiça Federal	27	0,7
6) Segundo Grau Justiça Federal	17	0,5
7) Primeiro Grau Justiça Militar	34	0,9
8) Segundo Grau Justiça Militar	10	0,3
9) STJ, TST, STM	11	0,3
10) STF	2	0,1
11) Exclusivamente em Juizados Especiais	169	4,7

3) Idade: (média)

HOMENS	MULHERES	TOTAL
55,8 ANOS	49,0 ANOS	53,9 ANOS

Idade (média)

EM ATIVIDADE	APOSENTADOS	TOTAL
47,7 ANOS	70,7 ANOS	53,6 ANOS

Idade (média) dos que estão em ATIVIDADE

HOMENS	MULHERES	TOTAL na ATIVA
48,4 ANOS	46,3 ANOS	47,7 ANOS

Para efeitos de comparação, a idade média dos respondentes na pesquisa AMB 2005 era de 50,2 anos. Levando-se em consideração apenas os magistrados na ativa, a média era de 44,4 anos. Isto significa que neste intervalo de 10 anos houve um envelhecimento dos integrantes da magistratura.

* Número de respostas

4) Sexo:

1. Masculino: 2.623 (72,1%)

2. Feminino: 1.015 (27,9%)

Não responderam: 25

Em relação à pesquisa AMB 2005, houve um crescimento na proporção de juízas. Elas correspondiam a 22,4% e passaram para 27,9%.

5) Cor:

1. Amarela: 64 (1,8%)

2. Branca: 3062 (84,4%)

3. Preta: 46 (1,3%)

4. Parda: 449 (12,4%)

5. Vermelha: 7 (0,2%)

Não responderam: 35

Não há diferenças estatisticamente significativas na distribuição por cor entre os gêneros.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Os brancos constituíam 86,5% dos magistrados em 2005. Houve, em 2015, uma redução no percentual de brancos que passaram a 84,4%.

6) Por favor, assinale no quadro abaixo o grau de instrução de seus pais:

	Grau de instrução do PAI		Grau de instrução da MÃE		
	N	%	N	%	
1. Sem instrução formal	261	7,2	1. Sem instrução formal	250	7,0
2. Primeiro grau incompleto	715	19,8	2. Primeiro grau incompleto	633	17,7
3. Primeiro grau completo	421	11,6	3. Primeiro grau completo	532	14,9
4. Segundo grau incompleto	156	4,3	4. Segundo grau incompleto	167	4,7
5. Segundo grau completo	495	13,7	5. Segundo grau completo	919	25,7
6. Universitário incompleto	110	3,0	6. Universitário incompleto	115	3,2
7. Universitário completo	1105	30,6	7. Universitário completo	666	18,7
8. Pós-Graduação	354	9,8	8. Pós-Graduação	289	8,1

Há uma diferença significativa entre o grau de instrução paterno e materno. É mais alta a escolaridade do pai – 30,6% com universitário completo contra 18,7% das mães.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Cresceu significativamente a proporção de magistrados com pais com curso universitário. Eram 32,8% em 2005 e passaram para 40,4% em 2015. Quanto ao grau de instrução da mãe, eram 17,8% e cresceram para 26,8%.

7) Qual é a faixa de renda de seus pais? No caso de pais falecidos, qual era:

	N	%
1) 1 a 3 salários mínimos	852	23,7
2) 4 a 10 salários mínimos	1088	30,2
3) 11 a 20 salários mínimos	694	19,3
4) Mais de 20 salários mínimos	967	26,9

8) Número de irmãos:

Número de irmãos: 3,5

Quantos com curso superior: 2,2

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

Número de irmãos por gênero

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
3,1	2,7	3,0

Há diferença significativa entre os gêneros no que diz respeito ao número de irmãos.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

Número de irmãos por gênero, COM CURSO SUPERIOR

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
2,2	2,1	2,2

9) Estado civil:

	N	%
1. Solteiro	254	7,0
2. Separado/divorciado	333	9,2
3. Casado/união estável	2950	81,7
4. Viúvo	72	2,0
TOTAL	3610	100,0

Estado civil, por gênero

	Gênero		Total	
	1 Masculino	2 Feminino		
Estado civil	1 Solteiro	133 5,2%	121 12,1%	254 7,1%
	2 Separado/divorciado	179 6,9%	149 14,9%	328 9,2%
	3 Casado/união estável	2232 86,4%	698 69,7%	2930 81,8%
	4 Viúvo	38 1,1%	34 ,9%	72 2,0%
TOTAL	2582	1002	3584	

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Verificou-se um pequeno crescimento na proporção de casados, que passaram de 80,8% em 2005 para 81,8%. Alteraram-se os percentuais de solteiros, que eram 8,7% e caíram para 7,1%, e de separados/divorciados, que eram 8,8% e subiram para 9,2%.

10) Grau de instrução do cônjuge/companheiro:

	N	%		N	%
1. Sem instrução formal	5	0,2	5. Segundo grau completo	293	9,2
2. Primeiro grau incompleto	26	0,8	6. Universitário incompleto	145	4,6
3. Primeiro grau completo	45	1,4	7. Universitário completo	1493	46,9
4. Segundo grau incompleto	65	2,0	8. Pós-Graduação	1114	35,0

A extensa maioria dos entrevistados – 81,9% – possui cônjuge/companheiro com o mais alto grau de instrução (universitário completo e pós-graduação).

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Cresceu significativamente o percentual de cônjuges com pós-graduação. Eram 21,8% e passaram para 35%.

11) Número de filhos (as): média geral: 2,1

Homens e mulheres apresentam diferenças significativas no número de filhos: a média para os juízes é de 2,3 filhos, enquanto para as juízas é de 1,6 filhos.

Da mesma forma, essa média é diferente quando se compara magistrados na ativa e os aposentados. Enquanto na ativa essa média é de 1,8 filhos, entre os aposentados ela sobe para 2,8 filhos.

Examinando-se exclusivamente os que estão na ativa, por gênero, os homens têm uma média de 1,9 e as mulheres de 1,6 filhos. É estatisticamente relevante a diferença entre os gêneros, quanto ao número de filhos.

12) A faculdade de Direito na qual o (a) Sr. (a) se formou era pública ou privada?

1. Pública 1.826 (50,1%) 2. Privada 1.818 (49,9%)

13) O (A) Sr. (a) frequenta ou frequentou algum outro curso superior:

1. Não 1.251 (34,5%)
2. Sim 2.377 (65,5%)

14) O (A) Sr. (a) está matriculado em curso de Pós-Graduação?

Cursos	1. Sim		2. Não	
	N	%	N	%
a) Curso de Especialização	357	10,8	2960	89,2
b) Mestrado	174	5,9	2793	94,1
c) Doutorado	114	3,9	2814	96,1
d) Pós- Doutorado	16	0,6	2833	99,4

Chama a atenção o número de magistrados que não respondeu a essa questão:

- 345 não responderam se estão ou não matriculados em curso de especialização;
- 696 não responderam se estão ou não matriculados em curso de mestrado;
- 735 não responderam se estão ou não matriculados em curso de doutorado;
- 814 não responderam se estão ou não matriculados em curso de pós-doutorado.

15) O (A) Sr. (a) possui título de:

Títulos	1. Sim		2. Não	
	N	%	N	%
a) Curso de Especialização	2129	63,2	1240	36,8
b) Mestrado	573	22,6	1967	77,4
c) Doutorado	131	5,8	2146	94,2

Como na questão anterior, é significativo o número dos que não responderam:

- 294 não informaram se possuem ou não título de especialização;
- 1123 não informaram se possuem ou não título de mestrado;
- 1386 não informaram se possuem ou não título de doutorado;
- 1456 não informaram se possuem ou não título de pós-doutorado.

16) O (A) Sr. (a) exerceu alguma atividade profissional antes de ingressar na magistratura?

1. Não 182 (5,0%)
2. Sim 3.457 (95,0%)

Praticamente a totalidade dos entrevistados exerceu atividade profissional antes de ingressar na magistratura (95%).

17) Quanto tempo levou para se preparar para ingressar na magistratura?

Tempo de preparo para ingresso na magistratura	EM ATIVIDADE	APOSENTADO	TOTAL
	3,1 anos	3,0 anos	3,1 anos

Tempo de preparo para ingresso na magistratura	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
	3,1 anos	3,1 anos	3,1 anos

A média não apresenta diferenças significativas quer quando se considera a situação do magistrado – em atividade ou aposentado – quer por gênero.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

tempo para se preparar para ingressar na magistratura, por gênero:

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
3,1	3,1	3,1

18) Quantas vezes prestou concurso para ingressar na magistratura?

N. de concursos para ingressar na magistratura	EM ATIVIDADE	APOSENTADO	TOTAL
	2,7	1,7	2,5

Há uma diferença significativa no número de concursos prestados entre os que estão em atividade e os aposentados. Essa média é significativamente menor entre os aposentados. No que se refere ao gênero, não há diferença significativa quanto ao número de concursos prestados para ingressar na magistratura.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

quantas vezes prestou concurso para ingressar na magistratura, por gênero:

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
2,8	2,6	2,7

19) O (A) Sr. (a) tem ou teve parentes exercendo atividades de nível universitário em carreiras jurídicas?

Atividades de nível universitário	1. Sim		2. Não	
	N	%	N	%
a) na Magistratura	903	29,7	2133	70,3
b) no Ministério Público	502	18,3	2242	81,7
c) na Defensoria Pública	163	6,3	2424	93,7
d) na Advocacia Pública	350	13,2	2305	86,8
e) na Polícia	506	18,7	2195	81,3
f) na Advocacia Privada	1569	50,5	1539	49,5
g) outras	238	24,7	725	75,3

A extensa maioria dos entrevistados respondeu não ter parentes exercendo atividades de nível universitário nas carreiras do Direito. Apenas no que se refere à advocacia privada, há uma divisão: metade afirmou possuir enquanto a outra metade respondeu não possuir parentes nessas atividades.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Cresceu o percentual de magistrados com parentes em todas as carreiras jurídicas, com exceção da advocacia privada. A tabela a seguir mostra esses percentuais:

Comparação de Parentes em Carreiras Jurídicas, 2005 e 2015, em%

Atividades de nível universitário	2005	2015
a) na Magistratura	27,4	29,7
b) no Ministério Público	17,1	18,3
c) na Defensoria Pública	5,0	6,3
d) na Advocacia Pública	11,6	13,2
e) na Polícia	12,6	18,7
f) na Advocacia Privada	52,4	50,5

20) O (A) Sr. (a) leciona?

Leciona em	1. Sim		2. Não	
	N	%	N	%
a) em Faculdade de Direito Pública	132	4,1	3088	95,9
b) em Faculdade de Direito Privada	395	12,0	2899	88,0
c) na Escola da Magistratura	431	13,2	2834	86,8
d) em outras instituições	180	5,8	2912	94,1

Correspondem a uma significativa minoria os que exercem atividades como docentes tanto em faculdade de Direito privada como em públicas.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Quando se compara esses dados com os obtidos na pesquisa realizada em 2005, observa-se que houve uma redução no percentual dos magistrados que lecionam. A diminuição mais significativa ocorreu em relação a faculdades de Direito privadas.

Comparação 2005 e 2015

Leciona em	2005	2015
	%	%
a) em Faculdade de Direito Pública	4,8	4,1
b) em Faculdade de Direito Privada	19,6	12,0
c) na Escola da Magistratura	14,8	13,2
d) em outras instituições	10,0	5,8

21) Com que frequência o (a) Sr. (a) se utiliza dos seguintes meios de informação:

Meios	Muito frequente		Frequente		Às vezes		Nunca	
	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Jornal impresso	1776	49,7	588	16,4	1030	28,8	182	5,1
b) Internet	2859	80,1	490	13,7	173	4,8	47	1,3
c) TV	2157	59,8	987	27,4	436	12,1	25	0,7
d) Rádio	1039	29,8	900	25,8	1273	36,5	279	8,0
e) Clipping	458	13,7	543	16,2	1290	38,6	1051	31,4
f) Redes sociais	1064	30,4	722	20,6	923	26,4	790	22,6

O meio de informação mais utilizado é a internet. Somando-se as respostas "muito frequente" e "frequente", chega-se a 94% dos respondentes. Em contraste, o meio menos utilizado é o clipping.

22) Qual a frequência dedicada para as seguintes atividades:

Atividades	Muito frequente		Frequente		Às vezes		Nunca	
	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Cinema	384	10,7	933	26,1	2040	57,0	223	6,2
b) Teatro	79	2,2	375	10,5	2509	70,5	598	16,8
c) Literatura	1027	28,6	1373	38,3	1023	28,5	164	4,6
d) Exposições	77	2,2	426	12,1	2326	65,9	701	19,9
e) Concertos	77	2,2	255	7,2	2018	57,3	1172	33,3
f) Atividade física	1546	42,2	1106	30,6	768	21,3	193	5,3

A atividade física é praticada “muito frequente” e “frequente” por 73% dos entrevistados.

A literatura é a segunda atividade que mais atrai o interesse dos respondentes – 70% disseram se dedicar à leitura de modo “muito frequente” e “frequente”.

23) Como o (a) Sr. (a) avalia o **Judiciário** brasileiro como um todo em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	37	1,0	383	10,6	1468	40,4	1197	33,0	545	15,0
b) Efetividade	53	1,5	710	19,7	1706	47,3	858	23,8	281	7,8
c) Estrutura Material	74	2,1	659	18,3	1453	40,3	972	27,0	448	12,4
d) Estrutura de Informática	181	5,0	1057	29,5	1515	42,2	625	17,4	210	5,9
e) Estrutura Funcional	74	2,1	643	17,8	1488	41,2	939	26,0	465	12,9

Do ponto de vista dos entrevistados, a principal deficiência do Judiciário brasileiro é a morosidade – as avaliações “ruim” e “muito ruim” somam 48%. A estrutura funcional aparece em seguida como a característica pior avaliada.

O item que recebe a melhor avaliação é a estrutura de informática, com 34,5% de “muito bom” e “bom”. Observa-se que a maior parte dos entrevistados conferiu avaliação “regular” para todas as características em análise.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Não houve diferença expressiva em relação à agilidade. Naquela pesquisa, 49,9% apontavam a agilidade como ruim.

24) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Estadual em relação à:**

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	85	2,4	529	14,7	1405	38,9	1049	29,1	541	15,0
b) Efetividade	76	2,1	808	22,5	1576	43,9	777	21,7	351	9,8
c) Estrutura Material	108	3,0	720	20,2	1350	37,9	918	25,8	468	13,1
d) Estrutura de Informática	210	5,9	1023	29,0	1382	39,1	636	18,0	282	8,0
e) Estrutura Funcional	81	2,3	607	17,1	1378	38,7	932	26,2	560	15,7

25) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça do Trabalho em relação à:**

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	290	10,6	1361	49,6	838	30,6	192	7,0	61	2,2
b) Efetividade	217	8,0	1363	50,2	894	32,9	173	6,4	69	2,5
c) Estrutura Material	309	12,0	1327	51,6	744	28,9	146	5,7	47	1,8
d) Estrutura de Informática	395	15,6	1279	50,6	677	26,8	132	5,2	45	1,8
e) Estrutura Funcional	338	13,2	1259	49,3	750	29,4	156	6,1	51	2,0

26) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Federal** em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	161	5,5	914	31,1	1047	35,6	552	18,8	267	9,1
b) Efetividade	173	5,9	1031	35,3	1092	37,4	443	15,2	179	6,1
c) Estrutura Material	658	23,5	1390	49,6	578	20,6	129	4,6	45	1,6
d) Estrutura de Informática	657	23,8	1364	49,4	580	21,0	119	4,3	41	1,5
e) Estrutura Funcional	684	24,6	1294	46,5	603	21,9	145	5,2	53	1,9

27) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Eleitoral** em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	1022	30,6	1532	45,9	584	17,5	144	4,3	59	1,8
b) Efetividade	793	23,8	1484	44,6	711	21,4	228	6,9	109	3,3
c) Estrutura Material	789	24,2	1426	43,7	741	22,7	224	6,9	85	2,6
d) Estrutura de Informática	1008	31,0	1414	43,5	599	18,4	161	5,0	67	2,1
e) Estrutura Funcional	827	25,5	1347	41,5	706	21,7	262	8,1	107	3,3

28) Independentemente do ramo e instância em que atua ou atuou como o (a) Sr. (a) avalia a **Justiça Militar** em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	124	7,9	585	37,4	611	39,1	177	11,3	66	4,2
b) Efetividade	111	7,1	568	36,4	615	39,4	179	11,5	86	5,5
c) Estrutura Material	151	10,0	584	38,7	586	38,9	144	9,5	43	2,9
d) Estrutura de Informática	152	10,3	584	39,6	569	38,6	128	8,7	42	2,8
e) Estrutura Funcional	150	10,0	588	39,3	574	38,4	141	9,4	42	2,8

Comparação: Soma de Percentuais "muito bom" e "bom", em %

	Judiciário	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	Justiça Federal	Justiça Eleitoral	Justiça Militar
Agilidade	11,6	17,1	60,2	36,6	76,5	45,3
Efetividade	21,2	24,6	58,2	41,2	68,4	43,5
Estrutura Material	20,4	23,2	63,6	73,1	67,9	48,7
Estrutura de Informática	34,5	34,9	66,2	73,2	74,5	49,9
Estrutura Funcional	19,9	19,4	62,5	71,1	67,0	49,3

AGILIDADE: A soma dos percentuais relativos às avaliações positivas revela que a Justiça Eleitoral, seguida pela Justiça do Trabalho, são as instituições que recebem as notas mais altas por parte de mais da metade dos entrevistados. A Justiça Estadual é a instituição com os menores percentuais de “muito bom” e “bom”.

EFETIVIDADE: Nesse quesito, a Justiça Eleitoral tem a melhor avaliação (68,4%). Em segundo lugar está a Justiça do Trabalho. Nas piores colocações estão o Poder Judiciário como um todo e a Justiça Estadual.

ESTRUTURA MATERIAL: A Justiça Federal recebeu a melhor avaliação; em 2º lugar aparece a Justiça Eleitoral. O Poder Judiciário como um todo e a Justiça Estadual recebem as piores avaliações.

ESTRUTURA DE INFORMÁTICA: A Justiça Eleitoral e a Justiça Federal são avaliadas positivamente por ¾ dos entrevistados. Nas piores posições estão o Judiciário como um todo e a Justiça Estadual.

ESTRUTURA FUNCIONAL: Neste quesito, a melhor avaliação foi dada para a Justiça Federal (71,1%); logo a seguir está a Justiça Eleitoral e, depois, a Justiça do Trabalho. Mais uma vez, o Judiciário como um todo e a Justiça Estadual têm as piores avaliações.

Comparação: Soma de Percentuais “ruim” e “muito ruim”, em %

	Judiciário	Justiça Estadual	Justiça Trabalhista	Justiça Federal	Justiça Eleitoral	Justiça Militar
Agilidade	48,0	44,1	9,2	27,9	6,1	15,5
Efetividade	31,6	31,5	8,9	21,3	10,2	17,0
Estrutura Material	39,4	38,9	7,5	6,2	9,5	12,4
Estrutura de Informática	23,3	26,0	7,0	5,8	7,1	11,5
Estrutura Funcional	38,9	41,9	8,1	7,1	11,4	12,2

Como se depreende do quadro comparativo, o Judiciário como um todo é avaliado mais negativamente no que se refere à agilidade do que todos os demais órgãos de justiça. Nessa característica, a Justiça Estadual recebe o maior percentual de avaliações negativas – 44,1%. Com percentual significativamente inferior – 27,9% – aparece a Justiça Federal. Em relação à agilidade, a Justiça Eleitoral é a instituição mais bem avaliada.

Quanto à efetividade, a Justiça Estadual recebe o maior percentual de avaliações negativas – 31,5%. Em contraste, a Justiça do Trabalho é vista pela maior parte dos entrevistados como a que apresenta maior efetividade.

A Justiça Estadual é percebida como a mais deficiente também no que diz respeito à estrutura material, à estrutura de informática e à estrutura funcional.

Deve ser ressaltado que, no que diz respeito à Justiça do Trabalho, um alto número de entrevistados não manifestou opinião. Assim, 921 não proferiram avaliação sobre a agilidade; 947 sobre a efetividade; 1.090 sobre a estrutura material; 1.135 sobre a estrutura de informática; e 1.109 sobre a estrutura funcional.

Esses números são também altos em relação à Justiça Federal, ainda que em menor proporção. Com efeito, 722 não responderam sobre a agilidade; 745 sobre a efetividade; 863 sobre a estrutura material; 902 sobre a estrutura de informática; e 878 sobre a estrutura funcional.

No caso da avaliação sobre a Justiça Militar, mais do que a metade dos respondentes não se manifestou. Assim, 2.100 não opinaram sobre a agilidade; 2.104 sobre a efetividade; 2.155 sobre a estrutura material; 2.188 sobre a estrutura de informática; e 2.168 sobre a estrutura funcional.

Tais posicionamentos podem ser interpretados positivamente. Isto é, os entrevistados só manifestaram opinião sobre o que consideravam que conheciam e que, portanto, poderiam avaliar.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Não ocorreram mudanças significativas no que se refere à agilidade tanto no Judiciário como na Justiça Estadual e na Justiça Eleitoral.

Já em relação à Justiça Federal, diminui de forma considerável o percentual dos que a julgavam ruim – caiu de 39,5% para 27,9%.

A Justiça Militar foi avaliada mais negativamente em 2015. A proporção dos que a consideram “ruim” aumentou de 9,9% para 15,5%.

Comparação: avaliação “ruim” no que se refere à agilidade

	2005	2015
Judiciário	48,9	48,0
Justiça Estadual	44,6	44,1
Justiça do Trabalho	16,8	9,2
Justiça Federal	39,5	27,9
Justiça Eleitoral	6,9	6,1
Justiça Militar	9,9	15,5

29) Como o (a) Sr. (a) avalia o TST em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	99	5,3	727	39,1	699	37,6	238	12,8	97	5,2
b) Efetividade	111	6,0	804	43,2	686	36,9	191	10,3	69	3,7
c) Estrutura Material	444	25,3	864	49,2	368	21,0	56	3,2	24	1,4
d) Estrutura de Informática	461	26,4	853	48,8	350	20,0	56	3,2	27	1,5
e) Estrutura Funcional	447	25,7	820	47,2	386	22,2	60	3,5	26	1,5

30) Como o (a) Sr. (a) avalia o STJ em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	97	3,1	673	21,2	1323	41,6	771	24,2	316	9,9
b) Efetividade	139	4,4	998	31,6	1299	41,2	520	16,5	199	6,3
c) Estrutura Material	796	30,8	1217	47,1	465	18,0	74	2,9	33	1,3
d) Estrutura de Informática	864	32,8	1222	46,4	446	16,9	69	2,6	32	1,2
e) Estrutura Funcional	843	32,8	1120	43,5	498	19,3	76	3,0	37	1,4

31) Como o (a) Sr. (a) avalia o **STF** em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	68	2,0	451	13,5	1116	33,3	1033	30,8	681	20,3
b) Efetividade	173	5,2	951	28,7	1200	36,2	628	18,9	362	10,9
c) Estrutura Material	1004	37,4	1133	42,2	427	15,9	77	2,9	44	1,6
d) Estrutura de Informática	1042	38,8	1112	41,4	417	15,5	68	2,5	48	1,8
e) Estrutura Funcional	1016	38,2	1049	39,4	449	16,9	91	3,4	56	2,1

32) Como o (a) Sr. (a) avalia o **CNJ** em relação à:

Características	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Agilidade	209	6,8	1106	35,9	1167	37,9	373	12,1	227	7,4
b) Efetividade	217	7,0	1194	38,5	1083	35,0	383	12,4	221	7,1
c) Estrutura Material	658	27,4	1029	42,9	518	21,6	125	5,2	71	3,0
d) Estrutura de Informática	736	30,4	1066	44,0	448	18,5	99	4,1	74	3,1
e) Estrutura Funcional	661	27,6	989	41,2	543	22,6	123	5,1	82	3,4

Comparação: Soma de Percentuais “muito bom” e “bom” , em %

	TST	STJ	STF	CNJ
Agilidade	44,4	24,3	15,5	42,7
Efetividade	49,2	36,0	33,9	45,5
Estrutura Material	74,5	77,9	79,6	70,3
Estrutura de Informática	75,2	79,2	80,2	74,4
Estrutura Funcional	72,9	76,3	77,6	68,8

AGILIDADE: A soma das avaliações “muito bom” e “bom” mostra que, em termos de agilidade, as primeiras posições são ocupadas pelo TST e pelo CNJ. Nesse quesito, a pior avaliação foi conferida ao STF.

EFETIVIDADE: Também neste aspecto as melhores avaliações foram dadas para o TST e o CNJ.

ESTRUTURA MATERIAL: Todos os tribunais e o CNJ receberam avaliações altamente positivas por parte dos entrevistados. Os percentuais são sempre superiores a 70%.

ESTRUTURA DE INFORMÁTICA: Nesse quesito, embora o STF e o STJ tenham obtido os mais altos percentuais positivos, os demais também têm um alto índice de “muito bom” e “bom”.

ESTRUTURA FUNCIONAL: Todos foram considerados possuir uma estrutura funcional merecedora de avaliações “muito bom” e “bom”. Nesse aspecto, o CNJ apresenta uma pequena diferença na comparação com os demais, mas, ainda assim, com um indicador positivo apreciável (68,8%).

Observe-se que, tal como foi apontado nas avaliações sobre as justiças, é significativo o número de entrevistados que preferiu não manifestar opinião sobre os tribunais e o CNJ.

Assim, quanto ao TST, 1.803 não opinaram sobre a agilidade; 1.802 sobre a efetividade; 1.907 sobre a estrutura material; 1.916 sobre a estrutura de informática; e 1.924 sobre a estrutura funcional.

Em relação ao STJ, o número de entrevistados que não opinou é significativamente menor. Mas ainda assim relevante. Com efeito, 483 não avaliaram a agilidade; 508 a efetividade; 1.078 a estrutura material; 1.030 a estrutura de informática; e 1.089 a estrutura funcional.

Quanto ao STF, 314 não avaliaram a agilidade; 349 a efetividade; 978 a estrutura material; 976 a estrutura de informática; e 1.002 a estrutura funcional.

O CNJ não foi avaliado no que diz respeito à agilidade por 581 dos entrevistados; 565 não se pronunciaram sobre a efetividade; 1.262 sobre a estrutura material; 1.240 sobre a estrutura de informática; e 1.265 sobre a estrutura funcional.

COMPARAÇÃO PESQUISA AMB 2005:

Do ponto de vista dos entrevistados, houve uma melhora na avaliação da agilidade do TST.

Em relação ao STJ, não houve alterações significativas. Quanto ao STF, a agilidade foi percebida como pior em 2015 do que em 2005. Essas informações constam da tabela a seguir:

Comparação: avaliação ruim no que se refere à agilidade

	2005	2015
TST	22,2	18,0
STJ	33,4	34,1
STF	45,3	51,1

33) Como o (a) Sr. (a) se posiciona frente à discussão sobre a necessidade de previsibilidade das decisões judiciais (segurança jurídica)?

Necessidade de previsibilidade das decisões judiciais	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	833	24,4	1951	57,3	215	6,3	331	9,7	77	2,3

A ampla maioria de 82% (soma das respostas "totalmente favorável e "favorável") manifesta-se a favor da necessidade de previsibilidade das decisões judiciais.

34) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão econômica?

Repercussão Econômica	Não leva em conta		Leva pouco em conta		Leva adequadamente em conta		Leva muito em conta	
	N	%	N	%	N	%	N	%
a) 1º Grau	802	23,5	1274	37,3	1126	32,9	218	6,4
b) 2º Grau	363	10,9	1032	31,1	1269	38,2	656	19,8
c) Tribunais Superiores	245	7,6	505	15,7	806	25,0	1668	51,7

É significativo o contraste entre as instâncias no que se refere à repercussão econômica das decisões. Quanto mais se sobe na hierarquia, mais a repercussão econômica é levada em conta. Assim, a opção "leva muito em conta" soma 6,4% no 1º grau, cresce para 19,8% no 2º grau e chega a 51,7% nos tribunais superiores.

Essa questão é mais bem avaliada quando se leva em consideração os extremos, isto é, "não leva em conta" e "leva muito em conta". A opção "leva adequadamente em conta" admite maior margem de interpretação.

35) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão social?

Repercussão social	Não leva em conta		Leva pouco em conta		Leva adequadamente em conta		Leva muito em conta	
	N	%	N	%	N	%	N	%
a) 1º Grau	354	10,1	929	26,5	1611	45,9	616	17,5
b) 2º Grau	237	6,9	1047	30,4	1616	46,9	548	15,9
c) Tribunais Superiores	292	8,7	827	24,7	1223	36,5	1010	30,1

A repercussão social das decisões é menos contrastante do que a econômica. Contudo, as diferenças ainda são significativas. O 1º e o 2º graus estão mais próximos, enquanto os tribunais superiores se distanciam com um percentual de 30,1% na alternativa “leva muito em conta”, que é praticamente o dobro do obtido nas instâncias inferiores.

Nota-se, entretanto, que quando se analisa a opção “não leva em conta”, os percentuais são mais semelhantes entre o 2º grau e os tribunais.

Analisando-se exclusivamente o 1º grau, verifica-se um crescimento significativo da opção “leva muito em conta” quando se compara a repercussão econômica e a social (6,4% X 17,5%).

No sentido inverso, decresce o percentual relativo aos tribunais superiores quando se considera a repercussão econômica e a social (51,7 X 30,1%).

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005

	2005		2015	
	1º GRAU	2º GRAU	1º GRAU	2º GRAU
REPERCUSSÃO ECONÔMICA	37,3	34,1	39,3	58,0
REPERCUSSÃO SOCIAL	80,3	73,1	63,4	62,8

Como se observa a partir dos dados contidos na tabela acima, houve mudanças significativas quando se contrasta os resultados das duas pesquisas.

A principal mudança no 1º grau se deu em relação à repercussão social – abaixou de 80,3% para 63,4%.

Ocorreu um extraordinário crescimento no que se refere ao 2º grau quanto à repercussão econômica (34,1% X 58,0%). Já quanto à repercussão social, houve um decréscimo (73,1% X 62,8%).

36) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões judiciais no 1º grau, no 2º grau e nos Tribunais Superiores leva em conta a repercussão midiática?

Repercussão midiática	Não leva em conta		Leva pouco em conta		Leva adequadamente em conta		Leva muito em conta	
	N	%	N	%	N	%	N	%
a) 1º Grau	879	25,5	1240	36,0	881	25,5	448	13,0
b) 2º Grau	459	13,6	1055	31,2	1063	31,5	802	23,7
c) Tribunais Superiores	329	10,0	695	21,0	843	25,5	1437	43,5

Um percentual significativo dos entrevistados percebe uma diferença acentuada no que se refere à repercussão midiática entre as instâncias. Assim, enquanto esse fator é considerado muito importante para apenas 13% no 1º grau, ele sobe para 23,7% no 2º grau e atinge 43,5% nos tribunais superiores.

37) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do ramo da justiça em que está vinculado, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

	Notas Médias
a) Independência em relação ao Executivo	7,5
b) Independência em relação ao Legislativo	8,0
c) Independência em relação aos Tribunais Superiores	7,2
d) Independência em relação ao CNJ	6,5

As médias são de aprovação em todos os itens. Observa-se, entretanto uma graduação: a independência em relação ao Legislativo é a que recebe nota mais alta (8,0); em segundo lugar é a independência em relação ao Executivo (7,5); na terceira colocação está a independência em relação aos Tribunais Superiores (7,2); e, por fim, a independência em relação ao CNJ (6,5). Mesmo que esta última média seja a mais baixa, ainda assim é uma nota positiva.

A análise das avaliações dos magistrados que estão em atividade mostra que não existem diferenças significativas entre os gêneros, em nenhum dos itens. Assim como essas notas médias não são distintas das observadas quando se considera conjuntamente os aposentados e os em atividade.

AVALIAÇÃO

Magistrados em atividade, em %

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
a) Independência em relação ao Executivo	7,4	7,4	7,4
b) Independência em relação ao Legislativo	8,0	7,8	7,9
c) Independência em relação aos Tribunais Superiores	7,1	7,1	7,1
d) Independência em relação ao CNJ	6,2	6,3	6,3

38) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do STF nas seguintes áreas, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

Atuação do STF	Notas, por gênero		
	Masculino	Feminino	Total
a) Independência em relação ao Executivo	5,8	5,2	5,6
b) Independência em relação ao Congresso Nacional	6,6	6,0	6,4
c) Relação com o CNJ	7,6	6,9	7,4
d) Relação com demais Tribunais Superiores	7,9	7,5	7,8
e) Relação com a magistratura	6,7	6,4	6,6
f) Relação com as associações de classe	6,5	6,2	6,4
g) Independência em relação às forças econômicas privadas	6,2	5,8	6,1
h) Independência em relação aos movimentos sociais	6,5	6,3	6,5
i) Independência em relação à mídia e à opinião pública	6,3	6,0	6,2

É importante sublinhar que todas as notas são de aprovação. Não existe nenhuma abaixo de 5,0. A nota mais alta foi conferida para a relação do STF com os demais Tribunais Superiores (7,8). Em contraste, a nota mais baixa foi dada para a independência em relação ao Executivo (5,6).

Em todas essas médias relativas à atuação do STF, testes estatísticos apontam que é significativa a diferença de avaliação entre os gêneros. As mulheres são mais críticas em todos os itens.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

Atuação do STF	Notas, por gênero		
	Masculino	Feminino	Total
a) Independência em relação ao Executivo	5,6	5,0	5,4
b) Independência em relação ao Congresso Nacional	6,4	5,9	6,3
c) Relação com o CNJ	7,6	6,9	7,3
d) Relação com demais Tribunais Superiores	8,0	7,5	7,8
e) Relação com a magistratura	6,4	6,3	6,4
f) Relação com as associações de classe	6,3	6,2	6,3
g) Independência em relação às forças econômicas privadas	5,9	5,7	5,8
h) Independência em relação aos movimentos sociais	6,4	6,3	6,4
i) Independência em relação à mídia e à opinião pública	6,1	6,0	6,0

Considerando-se apenas os respondentes na ativa, as mulheres conferiram notas significativamente mais críticas do que os homens em relação à independência em relação ao Executivo, ao Congresso Nacional, ao CNJ e aos Tribunais Superiores.

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005:

A avaliação do STF melhorou em todos os aspectos. Em 2005, havia duas notas de reprovação – em relação ao Executivo e em relação às forças econômicas privadas. Tal como em 2005, em 2015 a mais alta avaliação coube à relação com os demais Tribunais Superiores.

Avaliação STF, notas médias

	2005	2015
Independência em relação ao Executivo	3,9	5,6
Independência em relação ao Congresso Nacional	5,3	6,4
Relação com demais Tribunais Superiores	6,5	7,8
Relação com a magistratura	5,1	6,6
Relação com as associações de classe	5,0	6,4
Independência em relação às forças econômicas privadas	4,8	6,1

39) Qual o seu grau de concordância em relação às seguintes alternativas referentes à composição do STF. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso discorde totalmente e 10 caso concorde totalmente.

Composição do STF	Notas		
	Masculino	Feminino	Total
a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual)	2,0	1,4	1,8
b) Indicado apenas dentre membros da carreira da magistratura	7,4	8,0	7,5
c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo	2,5	1,8	2,3
d) Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e advogados	3,7	3,6	3,7
e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República	3,6	2,4	3,3
f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República	5,9	5,5	5,8
g) Ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo	6,0	6,4	6,1
h) Ministro deve ser eleito pela magistratura	5,9	7,2	6,2

Como se observa, os entrevistados manifestam forte rejeição ao modelo atual que determina a composição dos integrantes do STF por meio da indicação pelo Presidente da República e aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal (média 1,8).

Também são expressivas as reprovações das alternativas que propõem:

- ➔ que o STF tenha composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo (média 2,3);
- ➔ que os integrantes sejam indicados pelo STF e escolhidos pelo Presidente da República (3,3);
- ➔ que haja uma composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e advogados (3,7).

A alternativa que recebeu o maior percentual de apoio é a que propõe que a Corte Suprema seja formada apenas por integrantes indicados dentre membros da carreira da magistratura.

Ressalte-se o apoio por parte dos entrevistados à proposta segundo a qual ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo (nota média 6,1).

Testes estatísticos permitem constatar diferenças significativas no posicionamento de homens e mulheres em relação a todas as alternativas. Apenas na alternativa “d” (Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e advogados) ambos os gêneros têm posição contrária semelhante.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA:

Composição do STF	Notas		
	Masculino	Feminino	Total
a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual)	1,9	1,4	1,7
b) Indicado apenas dentre membros da carreira da magistratura	7,6	8,0	7,7
c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo	2,6	1,7	2,3
d) Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Advogados	3,4	3,5	3,4
e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República	3,5	2,4	3,1
f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República	6,0	5,5	5,9
g) Ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo	6,0	5,5	5,9
h) Ministro deve ser eleito pela magistratura	5,8	7,3	6,3

Embora não se notem diferenças importantes quando se considera todos os respondentes e apenas os que estão em atividade, o mesmo não pode ser dito quando se contrasta as notas médias dadas por homens e mulheres na ativa. São significativas as diferenças no que se refere às alternativas: a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual); b) Indicado apenas dentre membros da carreira da magistratura; c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo; e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República; f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República; e h) Ministro deve ser eleito pela magistratura.

Como se observa, em relação às opções que tiveram notas médias mais altas, as mulheres são mais favoráveis à indicação apenas dentre membros da carreira da magistratura e à alternativa segundo a qual o ministro deve ser eleito pela magistratura.

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005:

Não ocorreram mudanças significativas nas opiniões dos entrevistados no que se refere às alternativas sobre a composição do STF. A única alteração estatisticamente significativa é a que diz respeito à opção "ministro deve exercer mandato com limite de tempo. A nota média subiu de 5,5 para 6,1.

Composição do STF	2005	2015
a) Indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal (modelo atual)	1,5	1,8
b) Indicado apenas dentre membros da carreira da magistratura	7,8	7,5
c) Composição mista e paritária, com membros indicados pelo Judiciário, pelo Legislativo e pelo Executivo	2,0	2,3
d) Composição mista e paritária, com membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Advogados	3,9	3,7
e) Indicação pelo STF e escolha do Presidente da República	2,6	3,3
f) Lista elaborada pela magistratura e remetida ao Presidente da República	5,7	5,8
g) Ministro do STF deve exercer mandato com limite de tempo	5,5	6,1
h) Ministro deve ser eleito pela magistratura		6,2

40) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:

Propostas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Transformar o STF em Corte Constitucional	2152	63,9	902	26,8	167	5,0	112	3,3	35	1,0
b) Reduzir as possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores	2224	62,7	1035	29,2	63	1,8	160	4,5	65	1,8
c) Estabelecer um prazo máximo para pedido de vista em qualquer órgão colegiado	2382	67,1	1012	28,5	87	2,5	58	1,6	11	0,3
d) Estabelecer prazo para julgamento de súmulas impeditivas e vinculantes	1846	53,1	1194	34,3	331	9,5	85	2,4	23	0,7
e) Estabelecer prazo para indicação de ministros de tribunais superiores	2271	64,3	1037	29,4	178	5,0	32	0,9	12	0,3
f) Estabelecer prazo para indicação de conselheiros do CNJ	2039	58,8	1071	30,9	313	9,0	30	0,9	15	0,4
g) Aumento do tempo de mandato das administrações dos tribunais para 3 anos	909	26,2	860	24,8	569	16,4	745	21,5	386	11,1
h) Permissão de reeleição das administrações dos tribunais	569	16,2	738	21,0	311	8,9	1076	30,7	815	23,2

Continua na próxima página ►

Propostas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
j) Aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos	1973	56,2	598	17,0	230	6,6	400	11,4	307	8,8
k) Aposentadoria compulsória de magistrados aos 75 anos	508	14,5	316	9,0	256	7,3	805	23,0	1622	46,3
l) Participação político-partidária de magistrados	171	4,8	214	6,0	113	3,2	912	25,7	2138	60,3
m) Participação político-partidária de membros do MP	160	4,5	208	5,9	173	4,9	904	25,6	2092	59,1
n) Excluir as execuções fiscais da esfera judicial, remetendo-as às vias administrativas.	1516	43,8	849	24,5	213	6,1	470	13,6	416	12,0
o) Vedar o acesso aos tribunais superiores nas vagas da magistratura de magistrados originados do quinto constitucional nos respectivos tribunais	2340	66,7	518	14,8	170	4,8	240	6,8	240	6,8

É notável o grau de homogeneidade entre os entrevistados, no que se refere às propostas apresentadas nessa questão. Com efeito, no total de 15 propostas, em 13 delas os percentuais, quer a favor quer contra, são extremamente altos (sempre acima de 68%), indicando um alto grau de concordância entre os magistrados.

O exame das avaliações “totalmente favorável” e “favorável” somadas indica a seguinte hierarquia, indo do maior ao menor percentual de apoio ou de rejeição à proposta.

- 1) 95,6%: **A FAVOR:** Estabelecer um prazo máximo para pedido de vista em qualquer órgão colegiado;
- 2) 93,7%: **A FAVOR:** Estabelecer prazo para indicação de ministros de tribunais superiores;
- 3) 91,9%: **A FAVOR:** Reduzir as possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores;
- 4) 90,7%: **A FAVOR:** Transformar o STF em Corte Constitucional;
- 5) 89,7%: **A FAVOR:** Estabelecer prazo para indicação de conselheiros do CNJ;
- 6) 87,4%: **A FAVOR:** Estabelecer prazo para julgamento de súmulas impeditivas e vinculantes;
- 7) 86,0%: **CONTRA:** Participação político-partidária de magistrados;
- 8) 84,7%: **CONTRA:** Participação político-partidária de membros do MP;
- 9) 81,5%: **A FAVOR:** Vedar o acesso aos tribunais superiores nas vagas da magistratura de magistrados originados do quinto constitucional nos respectivos tribunais;
- 10) 78,4%: **A FAVOR:** Extinção do quinto constitucional como forma de ingresso na magistratura;
- 11) 73,3%: **A FAVOR:** Aposentadoria compulsória de magistrados aos 70 anos;
- 12) 69,3%: **CONTRA:** Aposentadoria compulsória de magistrados aos 75 anos;
- 13) 68,3%: **A FAVOR:** Excluir as execuções fiscais da esfera judicial, remetendo-as às vias administrativas.

Duas propostas diferem do que foi observado em relação às demais, obtendo percentuais menores. O aumento do tempo de mandato das administrações dos tribunais para três anos tem o apoio de 51%, a discordância de 32,6% e 16,4% manifestaram-se indiferentes. Da mesma forma, nota-se dissensos relativos à proposta referente à permissão de reeleição das administrações dos tribunais: 37,2% são favoráveis, 53,9% contrários e 8,9% indiferentes.

COMPARAÇÃO COM PESQUISA AMB 2005:

Cresceu ainda mais o percentual de entrevistados que se manifestaram favoravelmente às duas propostas constantes da tabela abaixo, neste intervalo de 10 anos entre as duas pesquisas.

Comparação: Avaliação propostas FAVORÁVEL, pesquisas 2005 e 2015, em %

	2005	2015
Transformar o STF em Corte Constitucional	85,6	90,7
Reduzir as possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores	89,2	91,9

41) Em relação à eleição para preenchimento dos cargos de direção dos tribunais, qual seu grau de concordância às seguintes propostas:

Propostas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Só os desembargadores devem ter direito a voto	544	15,6	243	7,0	66	1,9	901	25,8	1740	49,8
b) Só os desembargadores são elegíveis	1419	40,5	961	27,4	66	1,9	427	12,2	628	17,9
c) Só os três desembargadores mais antigos são elegíveis	207	6,0	183	5,3	171	4,9	1142	33,0	1757	50,8
d) Todos os juízes têm direito a voto	2422	68,2	355	10,0	66	1,9	321	9,0	387	10,9
e) Todos os juízes são elegíveis	799	22,7	249	7,1	138	3,9	1176	33,5	1153	32,8

Em relação à eleição para preenchimento dos cargos de direção dos tribunais, observa-se um significativo grau de semelhança entre os entrevistados.

- 83,8% discordam da alternativa que preconiza que só os desembargadores mais antigos sejam elegíveis;
- 78,2% são favoráveis a que todos os juízes tenham direito a voto;
- 75,6% são contrários a que só os desembargadores tenham direito a voto;
- 68% apoiam a proposta que defende que só os desembargadores sejam elegíveis;
- 66,3% discordam da alternativa que propõe que todos os juízes sejam elegíveis.

42) Qual o seu grau de concordância em relação aos seguintes temas?

Temas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Aposentadoria compulsória como pena administrativa disciplinar	948	27,1	1199	34,3	186	5,3	661	18,9	505	14,4
b) Recesso de final de ano da Justiça	1889	52,9	1187	33,3	136	3,8	217	6,1	140	3,9
c) Estabelecimento de metas quantitativas pelo CNJ	478	13,6	1301	37,0	279	7,9	935	26,6	519	14,8
d) Estabelecimento de metas administrativas pelo CNJ	628	17,9	1671	47,5	362	10,3	521	14,8	333	9,5
e) Estabelecimento de critério para indicação dos conselheiros do CNJ	2076	58,6	1279	36,1	112	3,2	38	1,1	36	1,0

O estabelecimento de critério para indicação dos conselheiros do CNJ tem a concordância de quase todos os entrevistados (94,7%). Uma maioria expressiva de 86,2% é "totalmente favorável" e "favorável" ao recesso de final de ano da Justiça.

Mais do que a metade dos entrevistados - 65,4% - é favorável ao estabelecimento de metas administrativas pelo CNJ; e 61,4% apoiam a aposentadoria compulsória como pena administrativa disciplinar.

Já o estabelecimento de metas quantitativas pelo CNJ provoca uma divisão entre os entrevistados: enquanto 50,6% manifestam-se favoravelmente e 41,4% são contrários.

43) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação do CNJ nos seguintes aspectos, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

Aspectos	Notas Médias		
	Homens	Mulheres	Total
a) Controle administrativo	6,2	6,0	6,1
b) Controle disciplinar do 1º grau	5,9	5,8	5,9
c) Controle disciplinar do 2º grau	5,0	4,9	5,0
d) Controle disciplinar dos tribunais superiores	3,7	4,1	3,8
e) Planejamento estratégico	5,6	5,7	5,6
f) Planejamento orçamentário	5,4	5,5	5,4
g) Valorização do 1º grau	4,4	4,2	4,4
h) Fortalecimento da Independência do Judiciário	4,5	4,4	4,5
i) Transparência	5,6	5,5	5,6
j) Relação com a sociedade	5,7	5,7	5,7
k) Relação com a mídia	5,9	6,0	5,9
l) Inspeções	5,2	5,2	5,2

O CNJ recebe notas apenas regulares na maioria dos aspectos e notas de reprovação em três áreas. A atuação mais bem avaliada é o controle administrativo, com 6,1 de nota. Em seguida, estão o controle disciplinar de 1º grau e a relação com a mídia.

A atuação em relação ao controle disciplinar dos tribunais superiores é fortemente reprovada, recebendo nota 3,8. Também merecem baixa avaliação duas outras áreas de atuação: a valorização do 1º grau e o fortalecimento da independência do Judiciário.

A comparação das avaliações por gênero mostra que os homens conferiram nota significativamente mais baixa no que se refere ao controle disciplinar dos tribunais superiores. Estatisticamente também há diferenças na avaliação relativa ao 1º grau. Nesse caso, as mulheres foram mais críticas.

APENAS RESPONDENTES NA ATIVA – AVALIAÇÃO CNJ:

Aspectos	Notas Médias		
	Homens	Mulheres	TOTAL
a) Controle administrativo	6,1	6,1	6,1
b) Controle disciplinar do 1º grau	5,8	5,9	5,8
c) Controle disciplinar do 2º grau	4,8	4,9	4,8
d) Controle disciplinar dos tribunais superiores	3,3	4,1	3,6
e) Planejamento estratégico	5,5	5,8	5,6
f) Planejamento orçamentário	5,3	5,6	5,4
g) Valorização do 1º grau	4,0	4,1	4,0
h) Fortalecimento da Independência do Judiciário	3,9	4,4	4,1
i) Transparência	5,3	5,5	5,3
j) Relação com a sociedade	5,5	5,8	5,6
k) Relação com a mídia	5,8	6,1	5,9
l) Inspeções	5,0	5,2	5,0

Há diferenças estatisticamente significativas entre as notas conferidas por homens e mulheres em relação aos aspectos: d) Controle disciplinar dos tribunais superiores; e) Planejamento estratégico; f) Planejamento orçamentário; h) Fortalecimento da Independência do Judiciário; i) Transparência; j) Relação com a sociedade; k) Relação com a mídia; e l) Inspeções.

44) O (A) Sr. (a) considera que a maioria das decisões do CNJ leva em conta a repercussão econômica, social e midiática?

Repercussão Econômica Social Midiática	Leva muito em conta		Leva adequadamente em conta		Não leva em conta	
	N	%	N	%	N	%
a) Repercussão econômica	969	27,5	1648	46,8	906	25,7
b) Repercussão social	1257	35,6	1647	46,7	624	17,7
c) Repercussão midiática	2202	62,4	974	27,6	355	10,1

Segundo a percepção dos entrevistados, a repercussão midiática é muito levada em conta pelo CNJ, em uma proporção muito maior do que a repercussão social e a econômica. Nota-se, contudo, que são expressivos os percentuais dos que consideram que a repercussão social e a econômica são adequadamente levadas em conta.

45) O CNJ, para combater o congestionamento e a sobrecarga de trabalho no 1º grau, instituiu a “Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição”. Dentre as várias linhas de atuação que deverão nortear esta política de atuação, quais já foram implementadas no âmbito do seu tribunal?

	1. Sim		2. Não	
	N	%	N	%
a) criação de comitês gestores, com representantes de todas as instâncias, para gerir e implementar o programa de valorização do 1º grau	1809	58,4	1287	41,6
b) equalização da distribuição dos recursos orçamentários entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos	697	22,7	2367	77,3
c) equalização da distribuição da força de trabalho entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos	649	21,1	2426	78,9
d) previsão e criação de infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários do 1º grau	1454	47,0	1637	53,0
e) adoção de medidas concretas com objetivo de conferir tratamento adequado às demandas de massa	1011	32,8	2075	67,2
f) promoção de estudos e pesquisas sobre as causas e consequências do mau funcionamento do 1º grau, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões	1263	40,8	1829	59,2

Para a maior parte dos entrevistados, apenas uma dentre as várias linhas de atuação do CNJ para combater o congestionamento e a sobrecarga de trabalho no 1º grau foi implementada – a criação de comitês gestores, com representantes de todas as instâncias, para gerir e implementar o programa de valorização do 1º grau.

Todas as demais não foram, de fato, adotadas. As linhas de atuação em pior situação são:

- para 78,9% dos respondentes é a equalização da distribuição da força de trabalho entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos;
- para 77,3% é a equalização da distribuição dos recursos orçamentários entre o 1º e o 2º graus, proporcionalmente à demanda de processos.

46) Quanto às futuras indicações de integrantes do CNJ, o (a) Sr (a) considera que a AMB deveria procurar influenciar na indicação dos magistrados que compõem a instituição?

	N	%
SIM	2707	76,0
NÃO	853	24,0

Mais de ¾ dos respondentes julgam que a AMB deveria procurar influenciar na indicação dos magistrados que compõem o CNJ.

47) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:

Temas	Favorável		Indiferente		Contrário	
	N	%	N	%	N	%
a) Isonomia de proventos entre ativos e aposentados	3352	92,8	144	4,0	115	3,2
b) Isonomia de proventos entre magistrados das Justiças Estadual, Trabalhista, Federal e Militar	3212	89,2	263	7,3	126	3,5
c) Isonomia de benefícios indiretos, entre todos os magistrados	3252	90,5	188	5,2	154	4,3
d) Isonomia plena, de proventos e benefícios indiretos, entre a magistratura e os membros do Ministério Público	2093	58,1	692	19,2	815	22,6

Praticamente a totalidade (92,8%) dos entrevistados é favorável à isonomia de proventos entre ativos e aposentados. Proporção igualmente alta apoia a isonomia de benefícios indiretos entre todos os magistrados (90,5%) e também a isonomia de proventos entre magistrados das Justiças Estadual, Trabalhista, Federal e Militar (89,2%). Apenas a isonomia plena, de proventos e benefício indiretos, entre a magistratura e os membros do Ministério Público tem um percentual menor de apoio, ainda que a maioria tenha se posicionado favoravelmente (58,1%).

48) O (A) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pelas Escolas da Magistratura?

ATIVIDADES	N	%
1. Sempre	892	26,1
2. Ocasionalmente	1662	48,6
3. Raramente	691	20,2
4. Apenas nos cursos para promoção e remoção	174	5,1

A maior parte dos respondentes participa das atividades desenvolvidas pelas Escolas da Magistratura. As alternativas "sempre" e "ocasionalmente" somam 74,7%.

49) Como o (a) Sr. (a) avalia a atuação das Escolas da Magistratura no que se refere aos cursos, fóruns e seminários oferecidos?

AVALIAÇÃO Esc. Magistratura	N	%
1. Muito útil para o exercício da judicatura	1952	54,6
2. Relativamente útil para o exercício da judicatura	1199	33,6
3. De baixo impacto para o exercício da judicatura	421	11,8

Mais da metade avalia como muito útil para o exercício da judicatura a atuação das Escolas da Magistratura (54,6%).

50) Na sua opinião, que tipo de atividade das Escolas da Magistratura poderiam atrair os juízes?

ATIVIDADES Esc. Magistratura	SIM		NÃO	
	N	%	N	%
1. Cursos multidisciplinares	2563	73,5	925	26,5
2. Cursos de informática	788	23,6	2557	76,4
3. Cursos exclusivamente jurídicos	1523	44,4	1906	55,6
4. Formação humana	1702	49,9	1709	50,1

Cursos multidisciplinares correspondem à atividade com maior potencial de atrair os juízes. Em oposição, a atividade com menor capacidade de atração são os cursos de informática (76,4%). Observe-se que 318 não manifestaram opinião em relação a essa alternativa.

A formação humana divide os entrevistados. Assim, enquanto 49,9% avaliam que sim, outros 50,1% consideram que não.

51) Em sua opinião, quais deveriam ser as prioridades da Escola Nacional da Magistratura (ENM – vinculada à AMB)?

Prioridades ENM	Prioridade Alta		Prioridade Média		Indiferente		Prioridade Baixa		Não deveria ser feito	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Coordenar e planejar a atuação das demais Escolas	1367	40,9	1081	32,4	359	10,7	279	8,4	254	7,6
b) Realizar cursos regionais de aperfeiçoamento	1875	54,8	1231	36,0	139	4,1	135	3,9	40	1,2
c) Estabelecer convênios com instituições para mestrados e doutorados	2277	66,1	862	25,0	159	4,6	122	3,5	26	0,8
d) Realizar cursos sobre solução alternativa de conflitos	1388	40,6	1304	38,1	360	10,5	314	9,2	56	1,6
e) Realizar cursos de "media training"	591	18,3	1291	40,0	822	25,5	464	14,4	59	1,8
f) Realizar cursos sobre gestão, finanças e orçamento	916	27,1	1382	40,9	543	16,1	471	13,9	66	2,0
g) Treinamento de professores	1115	33,2	1225	33,4	526	15,7	368	11,0	121	3,6
h) Administração Judiciária	1479	43,5	1407	41,4	256	7,5	213	6,3	44	1,3
i) Criação de um Centro de Pesquisas	1412	41,8	1276	37,7	375	11,1	262	7,7	56	1,7
j) Promover encontros de juízes com a mesma competência especializada	2007	58,4	1087	31,6	169	4,9	147	4,3	28	0,8

O estabelecimento de convênios com instituições para mestrados e doutorados é a alternativa que recebe a maior proporção de indicações como prioridade alta (66,1%). Em segundo lugar, aparece a promoção de encontros de juízes com a mesma competência especializada (58,4%).

Quando se considera a soma das opções "prioridade alta" e "prioridade média" tem-se a seguinte lista de opções, da mais alta a mais baixa:

1. c) Estabelecer convênios com instituições para mestrados e doutorados (91,1%);
2. b) Realizar cursos regionais de aperfeiçoamento (90,8%);
3. j) Promover encontros de juízes com a mesma competência especializada (90,0%);
4. h) Administração Judiciária (84,9%);
5. i) Criação de um Centro de Pesquisas (79,5%);
6. d) Realizar cursos sobre solução alternativa de conflitos (78,7%);
7. a) Coordenar e planejar a atuação das demais Escolas (73,3%);
8. g) Treinamento de professores (69,7%);
9. f) Realizar cursos sobre gestão, finanças e orçamento (68,0%);
10. e) Realizar cursos de "media training" (58,3%).

52) Qual a sua avaliação das seguintes propostas:

Propostas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) diminuição da maioria penal	1026	29,2	664	18,9	82	2,3	779	22,2	965	27,4
b) aumentar o tempo de internação de adolescentes infratores	1544	44,2	1427	40,9	103	2,9	254	7,3	165	4,7
c) aumentar as hipóteses de internação de adolescentes infratores	1352	38,9	1428	41,1	143	4,1	386	11,1	164	4,7
d) ampliar o poder discricionário da autoridade administrativa penitenciária	371	10,9	783	23,1	341	10,0	1436	42,3	463	13,6
e) aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de progressão de regime em relação a determinados crimes graves	1990	56,6	1182	33,6	71	2,0	171	4,9	103	2,9
f) aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de livramento condicional	1774	50,7	1180	33,7	157	4,5	290	8,3	101	2,9
g) sistema mais efetivo de acautelamento de recuperação de bens e ativos decorrentes da prática de crime	2321	66,7	1064	30,6	79	2,3	11	0,3	7	0,2
h) ampliação dos casos de investigação sigilosa em crimes graves	1435	41,6	1273	36,9	314	9,1	326	9,5	100	2,9
i) aumento da pena mínima para delitos de tráfico de drogas	1623	46,4	884	25,3	290	8,3	521	14,9	180	5,1
j) proibição de liberdade provisória, com ou sem fiança, para delitos de tráfico de drogas	1477	42,2	868	24,8	184	5,3	700	20,0	273	7,8

Propostas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
k) possibilidade de considerar as infrações penais em geral como delito antecedente para a tipificação de lavagem de dinheiro	1351	41,5	1149	35,3	393	12,1	277	8,5	87	2,7
l) definição mais detalhada dos tipos penais, para diminuir as divergências de interpretação	1246	36,1	1326	38,5	486	14,1	312	9,1	77	2,2
m) penas mais severas para agentes políticos em casos de corrupção e improbidade	2467	69,9	878	24,9	108	3,1	61	1,7	14	0,4
n) utilização mais intensa de acordos internacionais em matéria penal	1190	35,1	1324	39,1	568	16,8	239	7,1	69	2,0
o) aumento do limite máximo do cumprimento de pena privativa de liberdade	1538	44,2	882	25,3	306	8,8	567	16,3	187	5,4
p) supressão da figura de crime hediondo	152	4,3	270	7,4	279	7,9	1537	43,7	1281	36,4
q) ampliar a aplicação de penas alternativas	674	19,1	1502	42,6	301	8,5	797	22,6	250	7,1
r) criação de varas especializadas para julgar crimes financeiros e lavagem de dinheiro	1625	45,9	1402	39,6	284	8,0	182	5,1	45	1,3
s) descriminalização do uso de entorpecente	449	12,9	723	20,8	217	6,3	1166	33,6	914	26,3
t) descriminalização do aborto	587	17,0	851	24,6	266	7,7	973	28,1	781	22,6
u) revisão da Lei da Anistia	484	14,7	687	20,9	530	16,1	728	22,1	860	26,1

Em relação a essas 21 propostas, nota-se que em 11 há um alto grau de concordância entre os respondentes. Nessas 11, mais de $\frac{3}{4}$ manifestaram a mesma opinião. São elas, em ordem decrescente de apoio, resultante da soma das opções “totalmente favorável” e “favorável”:

- 97,2%: g) **A FAVOR:** sistema mais efetivo de acautelamento de recuperação de bens e ativos decorrentes da prática de crime;
- 94,8%: m) **A FAVOR:** penas mais severas para agentes políticos em casos de corrupção e improbidade;
- 90,2%: e) **A FAVOR:** aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de progressão de regime em relação a determinados crimes graves;
- 85,6%: r) **A FAVOR:** criação de varas especializadas para julgar crimes financeiros e lavagem de dinheiro;
- 85,1%: b) **A FAVOR:** aumentar o tempo de internação de adolescentes infratores;
- 84,4%: f) **A FAVOR:** aumentar o tempo de cumprimento da pena para obtenção de livramento condicional;
- 80,0%: c) **A FAVOR:** aumentar as hipóteses de internação de adolescentes infratores;
- 78,5%: h) **A FAVOR:** ampliação dos casos de investigação sigilosa em crimes graves;
- 76,8%: k) **A FAVOR:** possibilidade de considerar as infrações penais em geral como delito antecedente para a tipificação de lavagem de dinheiro;
- 74,6%: l) **A FAVOR:** definição mais detalhada dos tipos penais, para diminuir as divergências de interpretação;
- 80,1%: **CONTRA:** p) supressão da figura de crime hediondo.

Com percentual menor do que o manifestado nas propostas anteriores, mas reunindo a maioria dos respondentes:

- 74,2%: n) **A FAVOR:** utilização mais intensa de acordos internacionais em matéria penal;
- 71,7%: i) **A FAVOR:** aumento da pena mínima para delitos de tráfico de drogas;
- 69,5%: o) **A FAVOR:** aumento do limite máximo do cumprimento de pena privativa de liberdade;
- 67,0%: j) **A FAVOR:** proibição de liberdade provisória, com ou sem fiança, para delitos de tráfico de drogas;
- 61,7%: q) **A FAVOR:** ampliar a aplicação de penas alternativas.

A proposta que advoga a diminuição da maioria penal provoca uma divisão entre os respondentes: 48,1% se manifestam favoravelmente e 49,6% são contrários. Quando se destaca os que optaram por “totalmente” a favor ou “totalmente” contra, essa polarização é visível: 29,2% versus 27,4%.

Divisão relativamente semelhante é observada em relação à proposta sobre a descriminalização do aborto: 41,6% são favoráveis e 50,7% são contrários.

Outro tema que divide os entrevistados é a proposta que objetiva a descriminalização do uso de entorpecentes. Uma maioria de 59,9% é contrária e 33,8% são favoráveis.

No que se refere à proposta que visa ampliar o poder discricionário da autoridade administrativa penitenciária, 51,8% se disseram contrários e 34% a favor.

A revisão da Lei da Anistia é a proposta que provoca a menor maioria: 48,2% são contrários e 35,6% a favor. Observa-se em relação a essa proposta que é significativo o percentual de respondentes que optaram por “indiferente”: 16,1%.

53) Como o (a) Sr. (a) se posiciona em relação aos seguintes temas:

Temas	Totalmente Favorável		Favorável		Indiferente		Contrário		Totalmente Contrário	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) voto facultativo	1714	48,4	1000	28,2	83	2,3	543	15,3	201	5,7
b) voto distrital	1092	33,1	1203	36,5	433	13,1	421	12,8	147	4,5
c) fim da reeleição	1789	50,3	953	26,8	216	6,1	490	13,8	108	3,0
d) mandato de 5 anos para cargos executivos	1234	35,0	1104	31,3	274	7,8	675	19,1	239	6,8
e) financiamento público de campanha eleitoral	630	18,4	825	42,4	175	5,1	984	28,7	816	23,8
f) cláusula de barreira	776	26,3	1167	39,6	578	19,6	307	10,4	117	4,0
g) fidelidade partidária	1305	38,0	1581	46,1	296	8,6	175	5,1	76	2,2
h) conselhos populares	439	13,2	927	27,9	489	14,7	667	20,1	795	24,0
i) regulação da mídia	396	11,6	695	20,3	236	6,9	974	28,5	1117	32,7
j) constituinte exclusiva	489	15,8	661	21,3	471	15,2	720	23,2	762	24,5
k) adoção de cotas para ingresso na Magistratura	115	3,3	207	5,9	139	3,9	1107	31,4	1955	55,5
l) adoção de cotas para ingresso no Ministério Público	114	3,2	207	5,9	161	4,6	1093	31,1	1942	55,2
m) adoção de cotas para ingresso na Defensoria Pública	119	3,4	223	6,3	162	4,6	1088	30,9	1926	54,7
n) adoção de cotas para ingresso na universidade	272	7,7	603	17,1	152	4,3	957	27,1	1546	43,8

Com exceção de dois temas (financiamento público de campanha eleitoral e conselhos populares), todos os demais têm o apoio ou a rejeição da maioria dos respondentes.

Seis questões, contudo, são praticamente unânimes, recebendo mais do que $\frac{3}{4}$ dos votos. São elas em grau decrescente de acordo (soma de "totalmente favorável" e "favorável" e de "totalmente contrário" e "contrário"):

- 86,9%: k) **CONTRA** a adoção de cotas para ingresso na **Magistratura**;
- 86,3%: l) **CONTRA** adoção de cotas para ingresso no **Ministério Público**;
- 85,6%: m) **CONTRA** adoção de cotas para ingresso na **Defensoria Pública**;
- 84,1%: g) **A FAVOR**: fidelidade partidária;
- 77,1%: c) **A FAVOR**: fim da reeleição;
- 76,6%: a) **A FAVOR**: voto facultativo.

Majorias significativas são constatadas em relação aos seguintes temas:

- 70,9%: n) **CONTRA** adoção de cotas para ingresso na universidade;
- 69,6%: b) **A FAVOR:** voto distrital;
- 66,3%: d) **A FAVOR:** mandato de 5 anos para cargos executivos;
- 66,0%: f) **A FAVOR:** cláusula de barreira; mas 19,6% não opinaram;
- 61,2%: i) **CONTRA:** regulação da mídia.

Dissensos aparecem em relação às seguintes propostas:

- j) constituinte exclusiva: 47,7% contra e 37,0% a favor. Mas 15,3% não opinaram;
- e) financiamento público de campanha eleitoral: 52,5% são contrários e 42,4% favoráveis;
- h) conselhos populares: 44,1% são contrários e 41,2% favoráveis. Em relação a essa proposta, 13,3% se disseram "indiferentes" e, 9,4% não opinaram.

54) Como o (a) Sr. (a) avalia as atividades de comunicação da AMB?

Atividades AMB	Muito Bom		Bom		Regular		Ruim		Muito Ruim	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
a) Lista de discussão na Internet	430	17,8	1162	48,1	568	23,5	182	7,5	76	3,1
b) Site AMB	634	19,9	1737	54,6	656	20,6	111	3,5	41	1,3
c) Boletim eletrônico	633	20,3	1733	55,5	600	19,2	121	3,9	37	1,2
d) Boletim impresso	691	21,8	1719	54,2	584	18,4	132	4,2	48	1,5
e) Facebook	266	15,6	837	49,2	440	25,9	107	6,3	52	3,1
f) Twitter	214	15,3	642	46,0	389	27,9	100	7,2	50	3,6

Todas as atividades de comunicação da AMB são avaliadas positivamente. A mais bem avaliada atividade é o boletim impresso, com 75,9% de notas "muito bom" e "bom". Imediatamente a seguir está o boletim eletrônico, com 75,7% de "muito bom" e "bom". No mesmo patamar está o site da AMB, com 74,6%.

55) O (a) Sr. (a) considera que a AMB deve buscar patrocínios e celebrar convênios com entidades privadas para benefício de seus associados?

	N	%
1. Sim	2428	68,9
2. Não	1094	31,1

Expressiva maioria de 68,9% considera que a AMB deve buscar patrocínios e celebrar convênios com entidades privadas para benefício de seus associados.

56) Como o(a) Sr (a) avalia a atuação da AMB nas seguintes áreas. Atribua notas de 0 a 10; sendo 0 caso seja muito ruim e 10 caso seja excelente.

Áreas	Notas		
	MASC	FEM	TOTAL
a) Defesa de Prerrogativas	7,8	7,9	7,8
b) Representação Institucional	7,9	8,1	8,0
c) Prestação de Serviços	6,9	7,2	6,9

As notas são de aprovação em todos os itens. A atuação com a nota média mais alta é a representação institucional, com 8,0. Em oposição, a atuação com a nota mais baixa é a prestação de serviços.

Testes estatísticos de diferenças de médias apontam que são significativas as diferenças de avaliações entre os gêneros, nas três áreas.

AVALIAÇÃO AMB - magistrados em atividade

Áreas	MASC	FEM	TOTAL	
a) Defesa de Prerrogativas	7,5	7,9	7,6	Sig.*
b) Representação Institucional	7,6	8,1	7,8	Sig.
c) Prestação de Serviços	6,5	7,1	6,7	Sig.

57) Indique o grau de prioridade na atuação da AMB em relação às seguintes áreas:

Áreas	Prioridade Alta		Prioridade Média		Prioridade Baixa	
	N	%	N	%	N	%
a) Defesa de Prerrogativas	3222	90,6	292	8,2	42	1,2
b) Representação Institucional	2854	80,6	645	18,2	40	1,1
c) Prestação de Serviços	1105	31,4	1974	56,2	436	12,4
d) Combate à Corrupção	2064	58,9	911	26,0	532	15,2
e) Projetos de aproximação com a sociedade	1686	48,1	1382	39,4	440	12,5

A defesa de prerrogativas é a iniciativa que merece o maior percentual de “prioridade alta” – quase a totalidade dos entrevistados apontou essa alternativa – 90,6%. Em seguida, vem a representação institucional, com 80,6%.

* Sig: Diferença estatisticamente significativa

58) Avalie as seguintes instituições, conferindo notas de 0 a 10, sendo 0 a pior avaliação e 10 a melhor:

Instituições Avaliação	Notas		
	MASC	FEM	TOTAL
a) Governo Federal	2,9	2,8	2,8
b) Congresso Nacional	2,9	2,7	2,8
c) Ministério Público Federal	7,1	7,5	7,2
d) Ministério Público Estadual	6,7	6,9	6,7
e) Ministério Público do Trabalho	6,2	6,8	6,4
f) Advocacia Geral da União	5,5	6,2	5,7
g) Defensoria Pública da União	5,9	6,4	6,0
h) Defensoria Pública do Estado	6,0	6,3	6,1
i) Polícia Federal	7,5	7,7	7,5
j) Polícia Militar	6,1	5,9	6,0
k) Forças Armadas	6,5	6,3	6,5
l) OAB	5,3	5,6	5,4
m) Agências Reguladoras	3,7	4,2	3,8
n) Comissão da Verdade	3,6	4,4	3,8

Entre as 14 instituições avaliadas, 10 mereceram notas de aprovação (igual ou superior a cinco) e quatro de reprovação (inferior a cinco).

A instituição mais bem avaliada é a Polícia Federal, com nota 7,5. Em segundo lugar, está o Ministério Público Federal.

A pior nota foi conferida para o Governo Federal e para o Congresso Nacional – 2,8 para cada uma das instituições.

Com exceção das notas médias atribuídas ao Governo Federal e à Polícia Militar, todas as demais avaliações apontam diferenças significativas entre os gêneros.

Avaliação Instituições apenas por entrevistados em atividade

a) Governo Federal	2,9	2,8	2,9
b) Congresso Nacional	2,8	2,7	2,8
c) Ministério Público Federal	6,9	7,4	7,0 Sig*.
d) Ministério Público Estadual	6,4	6,8	6,5 Sig.
e) Ministério Público do Trabalho	6,0	6,7	6,2 Sig.
f) Advocacia Geral da União	5,2	6,2	5,5 Sig.
g) Defensoria Pública da União	5,7	6,4	5,9 Sig.
h) Defensoria Pública do Estado	5,7	6,2	5,8 Sig.
i) Polícia Federal	7,3	7,7	7,4 Sig.
j) Polícia Militar	5,9	5,9	5,9
k) Forças Armadas	6,3	6,3	6,3
l) OAB	4,7	5,5	5,0 Sig.
m) Agências Reguladoras	3,4	4,1	3,6 Sig.
n) Comissão da Verdade	3,5	4,3	3,8 Sig.

59) Por fim, como o (a) Sr. (a) se sente em relação ao exercício de sua atividade:

	N	%
1) muito satisfeito	1737	48,5
2) medianamente satisfeito	1599	44,7
3) nada satisfeito	242	6,8

As respostas indicam que a maioria se sente "muito satisfeito". É muito pequeno o percentual dos que responderam "nada satisfeito" – 6,8%.

* Sig: Diferença estatisticamente significativa

RESULTADOS

Pesquisa AMB 2015

COMISSÃO RESPONSÁVEL

João Ricardo dos Santos Costa
Presidente da AMB

Sérgio Luiz Junkes
Vice-Presidente Institucional da AMB e coordenador do projeto

Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra
Vice-Presidente de Comunicação da AMB

José Carlos Kulzer
Assessor da Presidência da AMB

Andrea Maciel Pachá
Diretora Cultural da AMB

Gilson Dipp
Ministro do STJ

Rodrigo Colaço
Ex-Presidente da AMB

Cláudio Luis Braga dell' Orto
Diretor-Presidente da ENM

Maria Tereza Sadek
Consultora Científica



A AMB
quer ouvir
VOCÊ

